

GABARITO APOSTILA IFI HISTÓRIA 1º ANO 2º SEMESTRE

1. A RELAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E O MEIO AMBIENTE AO LONGO DO TEMPO

Trecho da Missão de Anchieta e Nóbrega ao Rio de Janeiro (século XVI)

1. Como esse trecho expressa uma visão eurocêntrica da natureza e da organização indígena?

Esse trecho revela uma visão tipicamente eurocêntrica, característica dos colonizadores portugueses no Brasil, que não conseguiam entender ou valorizar as formas de organização social e de uso do meio ambiente das populações indígenas. A menção de que os índios "viviam em suas aldeias, pescando e cultivando sua mandioca, sem rei nem lei que os governasse" sugere que os colonizadores viam a organização social indígena como "desordenada" ou "primitiva", por não seguir os padrões políticos e sociais europeus, como monarquias ou sistemas rígidos de governança. Além disso, a frase "era preciso dar-lhes o Evangelho e ensinar-lhes os costumes" revela uma imposição de uma visão de mundo ocidental e cristã, considerando a cultura indígena inferior, a ser corrigida através da evangelização e educação de acordo com os padrões europeus.

2. Que relação podemos estabelecer entre essa visão e os conflitos ambientais atuais?

A visão eurocêntrica mencionada no trecho contribuiu para a ideia de que os recursos naturais estavam disponíveis para a exploração sem a necessidade de respeito pelas práticas e formas de uso sustentável do meio ambiente dos povos originários. Isso se relaciona diretamente aos conflitos ambientais atuais, onde as comunidades indígenas e tradicionais, que historicamente praticaram formas de manejo sustentável do meio ambiente, enfrentam a destruição de seus territórios para exploração de recursos naturais por parte de grandes empresas, como a mineração, o agronegócio e a exploração madeireira. Essa forma de exploração ignora o equilíbrio e a preservação ambiental em nome do progresso e do crescimento econômico.

3. A forma como os povos originários se relacionam com a terra poderia ser considerada sustentável? Justifique.

Sim, a forma como os povos originários se relacionam com a terra pode ser considerada sustentável. As práticas tradicionais de manejo da terra, como o cultivo de espécies nativas e a rotação de culturas, o uso de técnicas de agricultura ecológica e o respeito pelos ciclos naturais, permitem uma relação de equilíbrio com o meio ambiente. Essas práticas são baseadas no conhecimento acumulado por gerações, levando em conta a preservação da biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas locais. Diferente da exploração industrial, que busca maximizar a produção sem considerar os impactos a longo prazo, essas práticas indígenas têm como princípio a manutenção da terra para as gerações futuras.

Trecho do "Relatório Brundtland" (1987)

1. Qual é a principal preocupação expressa nesse trecho?

A principal preocupação expressa no trecho é a busca por um modelo de desenvolvimento que satisfaça as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Ou seja, trata-se de um apelo para uma mudança no modelo econômico, visando a sustentabilidade, onde o crescimento econômico não seja obtido à custa da degradação ambiental ou da exploração irresponsável dos recursos naturais.

2. Como esse conceito se opõe ao modelo de desenvolvimento vigente durante a Revolução Industrial?

Durante a Revolução Industrial, o modelo de desenvolvimento era centrado na exploração intensa de recursos naturais, na expansão do consumo e na busca por lucros rápidos, sem considerar os impactos ambientais ou as necessidades das gerações futuras. A lógica era de um crescimento econômico linear e ilimitado, que ignorava os limites ecológicos do planeta. O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme descrito no Relatório Brundtland, se opõe a essa visão, propondo uma abordagem mais equilibrada, que busca harmonia entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, com uma visão de longo prazo.

3. Qual seria o papel da educação e da participação política na construção de uma sociedade sustentável?

A educação e a participação política desempenham papéis fundamentais na construção de uma sociedade sustentável. A educação é necessária para aumentar a conscientização sobre os problemas ambientais, as mudanças climáticas e a importância da preservação dos recursos naturais. Ela também ajuda a formar cidadãos críticos, capazes de tomar decisões responsáveis em relação ao consumo e ao uso dos recursos. A participação política, por sua vez, permite a criação de políticas públicas que favoreçam a sustentabilidade, como leis que incentivem a energia renovável, a redução de resíduos e a conservação ambiental. A participação ativa da sociedade nas decisões políticas garante que as questões ambientais se tornem uma prioridade no desenvolvimento de novas estratégias e modelos econômicos.

Trecho do Manifesto da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2014

1. O que o documento denuncia ao falar em “os primeiros a sofrer os impactos ambientais”?

O documento denuncia a desigualdade socioambiental no Brasil, afirmando que as populações mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas, camponeses e moradores das periferias urbanas, são as que mais sofrem com os desastres ambientais, como o desmatamento, a contaminação da água e a degradação dos solos. Essas comunidades geralmente têm menos acesso a mecanismos de defesa e reparação, tornando-se as mais afetadas e as últimas a receberem compensações ou ajudas após esses desastres.

2. Como essa fala se relaciona ao conceito de racismo ambiental?

A fala se relaciona diretamente ao conceito de racismo ambiental, que descreve como as populações marginalizadas, muitas vezes devido a sua etnia ou classe social, são desproporcionalmente afetadas pelos impactos ambientais negativos. O racismo ambiental revela que as populações negras, indígenas e pobres são sistematicamente colocadas em áreas de risco, como margens de rios contaminados ou perto de indústrias poluentes, e têm menos acesso a recursos e políticas públicas para mitigar esses impactos.

3. Em sua opinião, o que poderia ser feito para promover justiça ecológica no Brasil?

Para promover a justiça ecológica no Brasil, é fundamental garantir que as comunidades marginalizadas tenham acesso a recursos legais, educativos e financeiros para se protegerem e repararem os danos ambientais que sofrem. Isso inclui o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a regularização fundiária, a preservação ambiental e o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais. Além disso, é necessário fomentar uma maior conscientização pública sobre os impactos desiguais das

questões ambientais, promovendo um debate mais amplo sobre o racismo ambiental e a exclusão social.

4. Relacione o conceito de racismo ambiental ao cotidiano de sua cidade ou comunidade: há casos semelhantes de injustiça ecológica?

Essa questão convida os alunos a refletirem sobre o contexto local. Em muitas cidades brasileiras, é possível observar comunidades periféricas ou populações em áreas de risco, como favelas construídas em encostas ou margens de rios, sendo diretamente afetadas pela falta de saneamento básico, poluição e desastres naturais. Além disso, muitas vezes essas populações não têm acesso a políticas públicas que possam minimizar os danos ambientais, o que caracteriza uma forma de racismo ambiental.

EXERCÍCIOS DO ENEM

1. d) Reduz a natureza à condição de recurso explorável.
2. b) O acesso desigual à terra e à água contribui para injustiças sociais.
3. c) Racismo ambiental.
4. c) À seletividade espacial dos riscos ambientais.